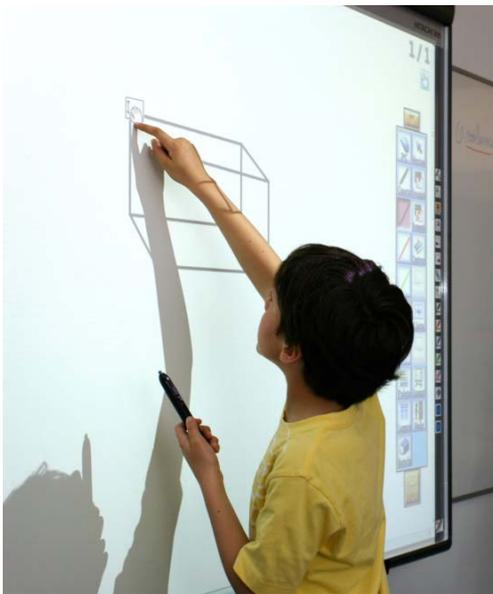




TIC, COMPETÊNCIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO



As profundas mudanças sociais, económicas e culturais que acompanham a chamada “digitalização da sociedade” oferecem-nos um admirável mundo de possibilidades, mas também de riscos e de problemas políticos e éticos acrescidos.

Estas mudanças ocorrem na vida quotidiana, no modo como comunicamos, trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, nos processos de produção, comercialização e distribuição de recursos, na criação e destruição de empregos, nos (des)acertos entre a oferta de empregos e a procura de formações nas áreas tecnológicas...

Surgem novos problemas de inclusão/exclusão em matérias como a “literacia digital”, a igualdade entre homens e mulheres, a proteção de dados pessoais ou até o funcionamento das democracias.

A escola não é alheia a estas mudanças, constituindo a relação entre as TIC e a educação uma matéria de longa e acesa controvérsia.

Os PIICIE integram múltiplos projetos de promoção da utilização das TIC nas salas de aula, pelo que entendemos que seria útil tratar este tema no Boletim.

Esperamos que estes textos aqui reunidos ajudem a aprofundar o trabalho no âmbito dos PIICIE, a melhorar o serviço educativo prestado pelas escolas e pelas comunidades e, sobretudo, a enriquecer as aprendizagens dos alunos. Em cada texto, há referências e remissões para outros documentos, plataformas e boas práticas que vos convidamos a explorar.

O tema não se esgota aqui e, seguramente, voltaremos a ele em próximos números do Boletim, para partilharmos outras reflexões e darmos conta da concretização dos projetos que agora começam a tomar forma.

Paula Santos

Secretária Técnica – Emprego, Qualificação e Inclusão Social do NORTE 2020

NESTE NÚMERO

[As TIC e a Educação nos Projetos dos PIICIE](#)
[pág. 2]

[TIC, Educação e INCoDe.2030](#)
[pág. 4]

[Integração do Digital nas Escolas - AE do Freixo](#)
[pág. 6]

[Mais e melhor educação: o repto do PIICIE do Tâmega e Sousa](#)
[pág. 9]

[Breves](#)
[pág. 10]

COORDENAÇÃO TÉCNICA
CCDRN/ Secretariado Técnico
Emprego, Qualificação e
Inclusão Social (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL
Unidade de Apoio à Estratégia
de Comunicação do NORTE
2020



AS TIC E A EDUCAÇÃO NOS PROJETOS DOS PIICIE



As operações dos PIICIE que visam promover a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas salas de aula são muito diferentes: aquisição de computadores e *tablets* em grande quantidade ou investimento mais concentrado numa sala de aula por escola; salas de aula equipadas para uma utilização rotativa por todos os alunos da escola ou salas de utilização mais permanente por grupos de alunos; extensão do existente ou iniciativas assumidamente experimentais; projetos que incluem a formação dos intervenientes e o apoio técnico ou projetos que omitem estas dimensões.

Na diversidade, há uma inspiração frequente, manifesta na referência às “salas do futuro” ou, com mais precisão, aos “Ambientes Educativos Inovadores” (a este propósito, consultar: <http://erte.dge.mec.pt/ambientes-educativos-inovadores> e <http://www.eun.org>). A ambição é declarada: “nestas salas inovadoras, deverá dominar a ideia de conjugação do espaço, da pedagogia e da tecnologia de forma a promover o sucesso escolar, valendo-se de uma abordagem flexível pautada por boas práticas e considerando a cultura e o próprio contexto escolar” ou “laboratórios de aprendizagem, espaços de inovação, para professores e alunos, propícios à utilização de novas metodologias (...).”

Entendemos que seria útil apresentar algumas notas de reflexão sobre o contexto em que decorre a realização dos projetos inseridos nos PIICIE e enunciar o que julgamos ser condições da sua adequação e eficácia.

AS TIC E A EDUCAÇÃO

Podemos situar a pluralidade de opiniões sobre o recurso às TIC na educação entre duas posições contrárias: as que defendem uma utilização intensiva das TIC na sala de aula, chegando ao ponto de prescindir da escrita à mão (embora se utilize os dedos ... nos teclados), e as que entendem que as TIC devem ser afastadas o mais possível da sala de aula, no respeito pelas funções perenes da escola, pela sua cultura e pelos seus ritmos. Como em muitos outros temas, ponderação, experimentação e avaliação não podem ser dispensadas.

São múltiplas as portas de entrada para se pensar a relação entre a educação e as TIC. Neste contexto – considere-se, por exemplo, que nos PIICIE não está diretamente em causa a formação de especialistas ou sequer de profissionais nas áreas TIC –, valorizamos duas perspetivas:

- o contributo da educação escolar para o desenvolvimento de competências das crianças e dos jovens em matéria de “literacia digital”;
- a utilização destas tecnologias como recurso pedagógico nas aprendizagens escolares.

AS COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Como é controverso o uso do termo “competência”, importará esclarecer que, também aqui, não temos em conta só a preparação para determinados trabalhos e a resposta às necessidades das empresas ou da economia, em geral, mas consideramos o termo como a aquisição de conhecimentos, atitudes e aptidões pessoais fundamentais para a inserção na sociedade atual, a participação social e a cidadania.

De facto, as competências digitais são cada vez mais necessárias para que cada pessoa possa compreender, agir e, finalmente, inscrever-se no mundo atual. Por outro lado, perante a imprevisibilidade deste mundo, interessa que, antes de mais, especialmente na educação básica, as aprendizagens tenham sentido e contribuam para o desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa.



A INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA

O contributo das tecnologias comparece sempre que se discute “a escola do século XXI” e se defende a necessidade de “mudar de paradigma” ou mesmo de “refundar a escola”, mas a ligação virtuosa entre tecnologias e melhoria da educação não é adquirida. Observemos a conclusão de um especialista:

“Enquanto as experiências pedagógicas ditas inovadoras se centrarem na exploração pedagógica, mais ou menos instrumental, de computadores, tablets, telemóveis, linguagens de programação, robôs, plataformas *online* ou redes sociais, e não numa educação mais alargada, mais sustentável, mais transformadora, mais cidadã, que apele às tecnologias na justa medida em que elas fazem parte do mundo de hoje, mas não mais do que isso, as TIC na educação continuarão a dominar artificialmente as agendas pedagógicas e de investigação e a adiar a urgente renovação das pedagogias e da educação” (António Dias de Figueiredo, *Histórias, mitos e aspirações das TIC na educação em Portugal*, in Conselho Nacional de Educação, **Aprendizagem, TIC e Redes Digitais**, pp 13-27. Disponível em:

http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/LIVRO_TIC_RedesDigitais.pdf).

Impõe-se, assim, cuidar dos objetivos pedagógicos da utilização das tecnologias, pois o que está em causa é o enriquecimento das aprendizagens pela valorização das múltiplas dimensões da inteligência humana, conjugando a autonomia pessoal do aluno no desenvolvimento das tarefas escolares [diferente do treino de automatismos], a cooperação próxima ou a distância e o acompanhamento dos professores e educadores.

O objetivo será o uso competente, crítico e criativo das tecnologias e das fontes de informação, enquanto formas novas de aquisição do conhecimento, no centro da missão da escola.

A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A equidade constitui um fator central dos PIICIE e a sua dimensão compensatória visa o usufruto universal e justo dos benefícios da educação. Ora, conhecidas as desigualdades sociais e culturais, é forçoso ter em conta o efetivo acesso das crianças e dos jovens aos meios tecnológicos e perguntar sempre, desde logo a propósito dos públicos-alvo selecionados: este projeto contribui para incrementar a igualdade de oportunidades na escola?

Por outro lado, estas questões não são neutras do ponto de vista da igualdade entre homens e mulheres. São

conhecidos os índices mais elevados de desafeição escolar dos rapazes, expressos nos valores de insucesso e de abandono precoce, e a baixa procura de formação e de emprego na área das ciências informáticas por parte das raparigas. Assim, o recurso adequado a estas tecnologias como instrumento pedagógico poderá, de algum modo, ter efeitos positivos nos dois planos.

Finalmente, no âmbito da incidência de cada projeto, dever-se-á considerar a disponibilização de meios adequados às necessidades educativas das crianças e dos jovens portadores de deficiência.

CONDIÇÕES DE ADEQUAÇÃO E DE EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES

Apesar de a abrangência das intervenções previstas nos PIICIE ser muito diversa, importa ter uma perspetiva integrada, ou seja, planejar e executar os projetos com a ponderação devida de múltiplas condições, como:

- o envolvimento dos professores e educadores, incluindo a formação necessária;
- o compromisso das lideranças escolares;
- o apoio de técnicos especializados nas escolas, para ganhar eficiência e eficácia e concentrar o trabalho dos docentes nas tarefas pedagógicas;
- a organização da escola, dos tempos e dos grupos de aprendizagem;
- o envolvimento das famílias em projetos de aprendizagem interativa;
- o acesso a recursos pedagógicos digitais de qualidade;
- as condições físicas, a rede de internet e as infraestruturas técnicas, o mobiliário e os espaços flexíveis e polivalentes, ajustáveis a diferentes fases de trabalho (o que, aliás, interpela a arquitetura escolar dominante);
- o aproveitamento criterioso de apoios disponibilizados por empresas ou por outras organizações;
- o acompanhamento e a avaliação, em especial quando se pretenda generalizar os projetos em realização (para tal, é decisiva a definição de metas e métricas específicas e claras no início do projeto).

Será demasiado encargo para projetos de dimensão limitada, pelo que se justificará a ponderação dos fatores mais pertinentes, caso a caso.



TIC, EDUCAÇÃO E INCODE.2030



A crescente digitalização com que a sociedade se confronta, hoje em dia, não irá abrandar. Bem pelo contrário. Aquilo a que se chama a desmaterialização dos processos, com a capacidade de tratarmos de imensos assuntos sem sair de casa, o acesso digital à informação (nem sempre nas melhores e mais fiáveis condições, contudo), a mudança nas indústrias e serviços, etc. são processos que continuarão a acelerar. Às vezes esquecemos que o iPhone, que de certa maneira introduziu a chamada computação móvel, nasceu há pouco mais de 10 anos, e hoje quase nenhum de nós vive bem sem um “smart-phone”.

Pois bem, se isto é algo que nos merece reflexão, para os jovens que hoje frequentam as nossas escolas este é o ambiente em que nasceram e com o qual têm uma relação de proximidade. Consequentemente, nada disto os espanta ou sequer causa desconforto ou estranheza.

Mas estarem confortáveis e não se espantarem não significa que estejam automaticamente mais bem preparados para as ameaças que tudo isto acarreta: sabemos que, com muita facilidade, se expõem publicamente sem se aperceberem bem das consequências e riscos que podem correr; sabemos como absorvem “notícias” ou simples informações sem estarem aptos a triar e conferir a sua validade; sabemos como este mundo digital os absorve, sendo fácil que se transforme numa “realidade virtual” em que vivem, não observando nem interagindo com a “realidade real” que os rodeia; sabemos como nós, adultos, migrantes

digitais, que vimos o digital “invadir” o nosso quotidiano, temos por vezes dificuldade em compreender modos de vida e culturas desta geração que, muito apropriadamente, alguém designou por “nativos digitais”.

Mas sabemos também – e isso temos a obrigação de saber melhor do que essa geração – as incríveis oportunidades que este mundo digital tem vindo a criar, nomeadamente a nível de novas profissões (e de alterações profundas em profissões antigas) e de como, para as aproveitar, a juventude terá de estar preparada. Disso depende vir a ser capaz de encarar, interpretar e usar em seu benefício (mas também da sociedade em que se insere), estas novas ciências e tecnologias. Isto é, portanto, algo que deve dar suporte à sua formação e educação, muito para além dos aspetos lúdicos a que dá acesso.

O sucesso da juventude que estamos a formar para uma sociedade de hoje e do futuro, com desafios ainda por conhecer, depende de um contexto de aceitação, reconhecimento e aproveitamento das vantagens do digital por toda a sociedade. Assim, é preciso que requalifiquemos, nestas áreas, quem não teve a oportunidade de o fazer enquanto mais jovem, ou quem tem profissões de menor empregabilidade; precisamos também de garantir a todos a formação ao longo da vida que assegure a adequada sobrevivência profissional que, como sabemos, garante um conjunto de direitos, segurança e bem-estar social; precisamos, claro, de especialistas com formações a vários níveis, não esquecendo, finalmente, que, como país, sermos capazes de nos incluirmos no grupo dos que produzem o novo conhecimento e estão na vanguarda da ciência e da tecnologia é essencial para o nosso progresso e competitividade.

É este o contexto que justifica a Iniciativa Nacional para as **Competências Digitais, e.2030 (INCoDe.2030)** que não só abarca todos os aspetos acima referidos de um modo transversal como procura fazê-lo, com persistência, no



horizonte alargado da próxima década. Daí, a menção “2030” e a sua organização em 5 eixos: *Inclusão, Educação, Qualificação, Especialização e Investigação*. É a consciência de que só procurando envolver toda a sociedade, agentes públicos e privados, jovens e menos jovens, poderemos conseguir a transformação digital que, estamos certos, será um elemento crucial para o desenvolvimento do País.



Mas detenhamo-nos um pouco mais no eixo da Educação. Se não temos dúvida de que a extensão das disciplinas de TIC a mais anos, que o Ministério da Educação encetou, é essencial, não devemos descurar as muitas iniciativas que as próprias escolas têm tido nestas áreas, com projetos extracurriculares de grande interesse e motivação para um grupo alargado de estudantes, mas também para docentes e, não raras vezes, para o território alargado em que as escolas se encontram.

Simultaneamente, é já hoje uma constatação, em muitos países avançados, que é necessário mais do que a simples aprendizagem e familiarização com as tecnologias, até porque, sem um base de formação sólida, é difícil acompanhar as permanentes e aceleradas mudanças. Daí que aquilo que frequentemente se designa por “pensamento computacional” comece a ser

visto como pertinente na educação dos jovens, desde os níveis mais básicos. São de facto competências fundamentais que visam a capacidade de analisar problemas, estruturá-los, dividi-los em parcelas menores, cada uma capaz de ser abordada de modo separado e mais simples, que muitos colocam ao nível dos conhecimentos da matemática ou da língua materna, como estruturantes, e cujo impacto vai muito para além da capacidade de operar ou mesmo de programar sistemas.

E há, finalmente, a questão da escassez de raparigas nas profissões mais tecnológicas e em particular nas TIC. Sendo um problema em todo mundo, é-o particularmente em Portugal e tem a ver com preconceitos e perceções adquiridas desde muito cedo sobre o papel das mulheres, afastando-as de profissões em que, elas próprias e a sociedade, muito teriam a ganhar. Assim, parece-nos que esta questão deve merecer a maior atenção e preocupação por parte de educadores, professores, famílias, empresas e sociedade em geral.

Em conclusão, todo este conjunto de questões cria um misto de oportunidades e desafios, mas também de dificuldades e riscos que, em prol do que queremos propiciar às novas gerações, merecem ser ganhos. Mas, para isso ser possível, é exigida uma mobilização fortemente concertada de pessoas e instituições, a nível social e profissional, de natureza pública ou privada.

Pedro Guedes de Oliveira

Coordenador geral da Iniciativa Portugal
INCoDe.2030



INTEGRAÇÃO DO DIGITAL NAS ESCOLAS



As Tecnologias de Informação e Comunicação já não são novas, quando muito existem algumas novidades e, por isso, quando uma escola quer repensar o seu uso, consolidar a sua utilização ou introduzir algo de novo somos tentados a pensar, muitas vezes, apenas nos novos dispositivos (tablets e computadores portáteis) como inovação com as TIC.

O desafio dos decisores, a quem compete definir as opções de integração das TIC nas escolas, é encontrar o melhor plano de ação. Uma abordagem global é sempre difícil, mas possível e as respostas à questão “Como estabelecer uma abordagem a nível de toda a escola às ferramentas digitais na educação?” (1) podem lançar algumas ideias sobre a forma de agir.

A Comissão Europeia definiu um Plano de Ação para a Educação Digital (2) e para a concretização da *Prioridade 1 (Melhor utilização da tecnologia digital para o ensino e a aprendizagem)* que preconiza apoiar a preparação digital das escolas e dos professores usando para tal uma ferramenta de autoavaliação SELFIE (3).

Outra questão fundamental é a aprendizagem digital e as TIC (4): qual é a melhor abordagem para a integração das TIC em processos de inovação pedagógica com o objetivo de promover o sucesso educativo?

Qualquer resposta possível pode ser condicionada pelo percurso que cada escola fez, pelos recursos materiais e humanos disponíveis e pela sua visão.

O Agrupamento de Escolas de Freixo (AEF) tem desenvolvido um percurso de integração das TIC que assentou em três condições basilares.

1. Rentabilização dos recursos materiais já existentes

A manutenção adequada e reciclagem dos recursos existentes é sempre possível quando os recursos são escassos, para isso há que conciliar as funções de cada elemento das escolas, pessoal docente e não docente para esta função. Procuramos, desde há longo tempo, desenvolver competências no pessoal não docente que assegurem as tarefas não pedagógicas para a utilização eficaz dos dispositivos digitais, libertando o pessoal docente para as tarefas pedagógicas e de formação.

Há, ainda, que encontrar um balanço entre as exigências das atividades pedagógicas, quer pelas aplicações utilizadas, quer pela capacidade de processamento dos dispositivos digitais, sabendo quais são os mais adequados para cada momento. Assim, no AEF convivem Magalhães da primeira geração com Microsoft Surface Pro 4 com canetas digitais, entre outros.

Apesar de dispormos de uma quantidade de equipamentos significativa, apenas em determinadas situações é distribuído um dispositivo para cada aluno, sendo antes preferencial a utilização em pares ou grupos, pois permite uma maior e mais profícua interação entre eles; acautelando que, por exemplo, os alunos utilizem os portáteis Magalhães para o *Scratch*, mas que acedam às aplicações da *Lifelique* (5) nos tablets Microsoft Surface.



2. Focalização da utilização dos recursos materiais em situações educativas significativas

A utilização de equipamentos digitais em atividades pedagógicas deve depender sempre de uma clara intencionalidade e planificação ajustada, quer prevendo a forma como vão ser utilizados, quer antecipando eventuais constrangimentos de utilização (nos tablets ter a bateria carregada, até às atualizações de *software* e mesmo da *password* de acesso).

Assim, a integração de uma plataforma como o *Office 365 Educação* no dia a dia da escola, com acesso aos mais variados serviços, foi um marco importante para a integração do digital na comunidade escolar, tanto do ponto de vista institucional como pedagógico. Deste modo, a comunicação digital, fator potenciador de produtividade nas organizações, melhorou substancialmente e, hoje em dia, já coexiste naturalmente fora e dentro da sala de aula. Alunos, docentes, assistentes operacionais e encarregados de educação interagem espontaneamente nos seus diferentes espaços. Garantido este acesso a redes sociais seguras dentro da plataforma do *Office 365* como o *Yammer*, a redes de trabalho colaborativo como o *Teams* e o recurso ao alojamento na nuvem do *OneDrive* e o multifacetado *OneNote Class Notebook e Staff*, ou o *Stream* para partilha de vídeos, permitem de forma simples e sobretudo com segurança partilhar recursos entre todos, e tudo apenas num único acesso.

3. Estabelecimento de parcerias e candidaturas a projetos que promovam financiamento e conhecimento

O AEF, como todas as escolas públicas, não dispõe de recursos financeiros suficientes para poder adquirir os recursos materiais necessários à sua atualização. Temos procurado permanentemente parceiros que por via de candidaturas a programas de apoio, financeiro e outros, nos têm permitido dispor de um conjunto de equipamentos, aplicações informáticas, formação e programas de desenvolvimento profissional, significativos, proporcionando aos nossos alunos experiências e oportunidades únicas e verdadeiramente diferenciadoras.

O acesso às aplicações e plataformas já referidas e a participação, tanto em redes internacionais de trabalho colaborativo como em programas de desenvolvimento profissional, permitem um enriquecimento extraordinário e a consequente melhoria das escolas (6) (7) (8).

Um exemplo agregador da integração do digital nas escolas é a emergência das “Salas de Aula do Futuro” (designação comum) melhor designados Ambientes Educativos Inovadores (9) inspirados no *Future Classroom Lab* da *European Schoolnet* (10) (11) e que no AEF designamos por Espaço de Aprendizagem Personalizada (12).



Apesar da maior visibilidade que os dispositivos digitais e o mobiliário assumiram e, desta forma, constituírem uma parte diferenciadora destes ambientes, o seu papel fundamental é o de promoverem e permitirem práticas pedagógicas mais ativas, colaborativas e personalizadas, pois a flexibilidade na utilização de tablets, o facto de não haver uma forma única de organização das cadeiras, a flexibilidade na organização de grupos de alunos a desenvolver diferentes atividades ao mesmo tempo, para além da inexistência de uma “secretária do professor”, potenciam uma descentralização do foco de atenção dos alunos no professor para as suas tarefas.

O maior desafio para os professores nestes espaços é a desconstrução do seu papel perante os alunos e a reconfiguração do espaço de acordo com a dinâmica de cada aula, bem como a possibilidade de ligar todos os alunos em rede, que não se limita apenas ao do espaço da escola, mas que se abre a todo o mundo.



Para o digital estar integrado nas escolas entendemos que é fundamental assegurar quatro condições.

Formação digital de docentes: porque a aprendizagem ao longo da vida, a par da literacia digital, é uma premissa no desenvolvimento e sustentabilidade profissional dos docentes no Séc. XXI. Esta não sobreviveria sem uma comunidade aberta e multidisciplinar de docentes comprometidos a partilhar práticas e experiências significativas em ambientes formais ou informais de aprendizagem em linha ou *in loco*. Uma Escola aberta e atenta ao mundo requer docentes informados, críticos e competentes num ambiente digital indispensável, mas cada vez mais permeável à desinformação e à insegurança.

Existência de dispositivos funcionais: porque a importância da funcionalidade e flexibilidade dos equipamentos, em detrimento do seu número, é condição essencial para garantir os níveis de motivação adequados e o normal desenrolar das experiências digitais em sala de aula. Um dispositivo que não se adapta ou não funciona é um investimento sem retorno. Por outro lado, a manutenção destes dispositivos deve garantir a sua operacionalidade e atualização.

Acesso fiável à Internet: porque atualmente o mundo digital exige uma comunicação *online* permanente e com qualidade. Aqui, as escolas dependem da qualidade das infraestruturas de rede disponibilizadas pelo ministério, qualidade essa que, em algumas situações, só é alcançada com infraestruturas alternativas criadas através de um investimento próprio.

Disponibilidade de conteúdos educativos com qualidade: porque as aprendizagens significativas devem ter lugar num ambiente contextualizado e, preferencialmente, personalizado, suportado por uma planificação rigorosa tendo em vista o desenvolvimento das competências do Séc. XXI (comunicação, colaboração, criatividade, literacia digital, pensamento crítico, ...) essenciais para uma participação ativa e informada na sociedade.

Luis Fernandes, Diretor do Agrupamento de Escolas de Freixo

Mónica Carvalheira, Professora de Informática do AE de Freixo

Referências

- (1) https://www.schooleducationgateway.eu/pt/pub/viewpoints/experts/how_to_address_the_challenges_.htm
- (2) https://ec.europa.eu/education/initiatives/european-education-area/digital-education-action-plan_pt
- (3) <https://ec.europa.eu/jrc/en/digcomporg/selfie-tool>
- (4) <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/policies/digital-learning-ict-education>
- (5) <https://www.lifeliqe.com/> (O AEF estabeleceu uma parceria com a Lifeliqe e desde 2012 têm colaborado no desenvolvimento e utilização das aplicações em contexto pedagógico)
- (6) <http://creative.eun.org/about>
- (7) <http://www.erte.dge.mec.pt/co-lab>
- (8) <https://education.microsoft.com/microsoft-innovative-educator-programs/mie-expert>
- (9) <http://erte.dge.mec.pt/ambientes-educativos-inovadores>
- (10) http://files.eun.org/fcl/Learning_spaces_guidelines_Final.pdf
- (11) http://fcl.eun.org/pt_PT/toolkit
- (12) https://www.youtube.com/watch?v=3_cTzyj1sRU&t=11s



MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO: O REPTO DO PIICIE DO TÂMEGA E SOUSA

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), que agrega os municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, viu aprovado em 2018, pelo Norte 2020, o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Tâmega e Sousa, que integra o seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Este documento corporiza o ambicioso desafio de promover o desenvolvimento integrado do Tâmega e Sousa, reconhecendo a educação como uma das forças motrizes para o cumprimento desta missão, num território que se impõe pela heterogeneidade.

Território de transição entre o litoral, de vocação industrial, e o interior, de cariz rural, e com uma população marcadamente jovem, o Tâmega e Sousa é uma sub-região distintiva. Um território de potencialidades, mas com um diagnóstico educativo onde pontuam a baixa qualificação da população e um nível de sucesso escolar inferior ao verificado na Região Norte. Adversidades que o PIICIE do Tâmega e Sousa se propõe contrariar e colmatar.

Como contrariar a adversidade na heterogeneidade? Com diálogo e trabalho em rede. E foi isso que procurámos verter para o processo de construção deste Plano, que assentou na auscultação dos municípios, das escolas e das entidades associativas – principais interlocutores e atores estratégicos –, na partilha de experiências, na concertação de interesses, projetos e políticas. Em suma, um trabalho alargado de participação política e técnica à escala intermunicipal.

O resultado é uma estratégia de prevenção e combate ao insucesso escolar, com uma abordagem inovadora, integrada e com um objetivo claro: contribuir para o sucesso escolar dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso, reforçando a equidade no acesso e melhorando a qualidade das aprendizagens e competências.

O PIICIE do Tâmega e Sousa representa um investimento de 8 milhões de euros, 6,7 milhões dos quais FSE, com uma implementação ao longo de três anos letivos, com início já em 2018/2019. Envolverá cerca de 50 mil alunos de um total de 38 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas e escolas profissionais do Tâmega e Sousa.

Organizado em nove operações, que incluem 47 projetos municipais e intermunicipais destinados a todos os ciclos, com especial incidência nos primeiros níveis de ensino, este Plano conjuga atividades na área das artes, do desporto, das ciências e da tecnologia, programas de educação parental e para a cidadania, medidas de apoio, acompanhamento e orientação vocacional, iniciativas de promoção do empreendedorismo jovem e de aquisição de competências académicas e sociais que os prepare para a vida profissional e em sociedade. Uma das premissas deste Plano é também a partilha constante de boas práticas e experiências junto dos líderes educativos do território – diretores, professores e encarregados de educação –, capacitando-os para a problemática do insucesso escolar.

Na operacionalização deste Plano contaremos com uma equipa técnica multidisciplinar, próxima dos 11 municípios, da sua comunidade escolar e, sobretudo, dos pais e encarregados de educação, atuando nos fatores de risco sociofamiliar e aproximando-os da vida escolar dos seus educandos, perspetivando uma educação mais inclusiva.

Para provocar a mudança é necessário investir numa abordagem educativa integrada, inovadora, criativa, motivadora e permanentemente assente na tríade escola-aluno-família, predicados inerentes ao PIICIE do Tâmega e Sousa. Assim criaremos as condições para que as nossas crianças e jovens alcancem o sucesso escolar, profissional e pessoal.

Telmo Pinto
Primeiro-Secretário da CIM do Tâmega e Sousa



BREVES

→ CURRÍCULO DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em 6 de julho, foram publicados dois diplomas que incidem em matérias relevantes na realização dos PIICIE.

Assim, o Decreto-Lei n.º 54/2018 estabelece o regime jurídico da **educação inclusiva** que visa criar “as condições para as escolas serem espaços de inclusão capazes de reconhecer a diversidade de todas/os as/os alunas/os e de dar resposta ao seu potencial e às suas necessidades individuais.”

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 55/2018 “define um novo **currículo para o ensino básico e secundário** e estabelece regras que dão mais autonomia às escolas para tomarem decisões que ajudem os alunos a alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.”

→ 10 ANOS DO SISTEMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

Para assinalar os 10 anos de aplicação do SNQ, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional promove um encontro no Centro de Congressos de Aveiro, no dia 18 de julho.

Entre o balanço e a prospetiva, serão tratados temas como o Catálogo Nacional de Qualificações, a valorização do ensino profissional, os desafios e as conquistas da educação de adultos em Portugal, os trabalhos do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação e os percursos de melhoria contínua associados à Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional.

→ PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3.º CEB E NO ENSINO SECUNDÁRIO

Como referimos no número 1 deste boletim, o InfoEscolas – <http://infoescolas.pt> – é um portal de estatísticas dos ensinos básico e secundário, que disponibiliza informação por escola, por concelho e por distrito e para o Continente.

O indicador designado “percursos diretos de sucesso” é um dos mais interessantes entre os que o portal disponibiliza.

No 3.º ciclo do ensino básico, apresenta-se a percentagem de alunos que não tiveram retenções nos 7.º e 8.º anos de escolaridade e, cumulativamente, obtiveram classificação positiva nas duas provas nacionais do 9.º ano, três anos após o ingresso no 3.º ciclo.

No ensino secundário, são considerados os alunos que não tiveram retenções nos 10.º e 11.º anos de escolaridade e, cumulativamente, obtiveram classificação positiva nos exames nacionais das duas disciplinas trienais do 12.º ano, três anos após o ingresso no ensino secundário.

Já está disponível a informação referente ao ano letivo 2016-17. Para cada escola, concelho ou distrito, é estabelecida a diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso aí obtida e a média calculada para os alunos do Continente com o mesmo nível de partida à entrada do ciclo de estudos. Ao ter em conta as avaliações interna e externa e ao não premiar a retenção, esta comparação dá-nos uma informação muito mais rica do que a proporcionada unicamente pelos resultados dos exames (e respetivos *rankings*).

→ PORTAL DA OFERTA EDUCATIVA

O Ministério da Educação lançou o *Portal da Oferta Formativa* que disponibiliza “informação atualizada sobre a globalidade da oferta educativa e formativa, qualificante e não qualificante, existente nos diferentes níveis, ciclos e modalidades de educação e formação” do sistema educativo e formativo nacional. Nesta fase inicial, a prioridade destina-se aos que estão na transição entre o ensino básico e o secundário.